

RESIDÊNCIA AGRÁRIA DA UNB: CONVERGÊNCIA PRODUTIVA E NECESSÁRIA DA REFORMA AGRÁRIA COM A UNIVERSIDADE

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

BEATRIZ CASADO BAIDES

Universidad del País Vasco (UPV-EHU), Espanha

GERALDO JOSÉ GASPARIN

Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), São Paulo, Brasil

PAOLA MASIERO PEREIRA

Escola de Teatro Político de Santa Catarina (ESTEPO), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

RESUMO: O presente artigo apresenta a experiência do curso de especialização “Residência Agrária: Matrizes produtivas da vida no campo”, da UnB, ocorrido entre 2013 e 2015, com o objetivo de identificar os resultados quantitativos e qualitativos das dinâmicas desenvolvidas. O trabalho também situa no tempo histórico a importância dessas dinâmicas de curso para a educação do campo e como estratégias de articulação entre universidades, movimentos populares e territórios camponeses e quilombolas. O artigo destaca a metodologia empregada no curso, desenvolvida a partir da concepção estratégica de organização social e capilarização da universidade nos territórios por meio do trabalho articulado entre as matrizes produtivas da vida no campo, com ênfase na Agroecologia, Cultura, Comunicação e Arte, Cooperação e Formação Humana. Como resultado do processo analisado, o trabalho destaca as atividades das Escolas Itinerantes de Formação nos Núcleos Territoriais como forma de dinamizar o protagonismo coletivo das comunidades e a horizontalização das relações de parceria entre universidades e movimentos sociais. A metodologia empregada no curso viabilizou a formação de um perfil mais interdisciplinar e abrangente dos profissionais que atuam em territórios camponeses e quilombolas do Distrito Federal e Entorno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Residência Agrária. Universidade. Movimento Camponês.

INTRODUÇÃO

A relação entre universidades e movimentos populares brasileiros fortaleceu-se com o incremento de políticas públicas, como o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), criado em 1998, que, desde a sua implantação, alfabetizou milhares de camponeses e camponesas e permitiu a chegada de muitos deles e delas à pós-graduação.

A proposta deste artigo é analisar, em perspectiva histórica, outro exemplo dessa relação, a experiência do curso de especialização *latu sensu* “Residência Agrária: matrizes produtivas da vida no campo”, da Universidade de Brasília (UnB), e destacar o valor desse tipo de parceria para a produção de conhecimento e para o fortalecimento

dos vínculos territoriais e organizativos da universidade pública com diversos setores da sociedade civil brasileira.

O curso “Residência Agrária da UnB” foi fruto da demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Distrito Federal e Entorno, conjuntamente com o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS). Ele foi realizado na Faculdade UnBPlanaltina (FUP), *campus* com forte característica agrária por abrigar os cursos de graduação em Licenciatura em Educação do Campo, Gestão Ambiental e Gestão do Agronegócio, assim como o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader).

Essa demanda advinha da necessidade de compreender os territórios em uma região com especificidades marcantes: proximidade com a capital nacional, região de interseção entre DF e Entorno (Distrito Federal, parte de Goiás e parte de Minas Gerais), base social originária de grandes fluxos migratórios e forte vinculação urbana. Pensar as condições materiais e simbólicas desse (novo) campesinato e desses territórios conquistados demandou inserção na realidade, pesquisa e reflexão teórica e política, o que foi possível a partir da parceria entre o movimento social e a universidade.

A experiência da UnB foi uma entre 35 iniciativas aprovadas junto à chamada CNPq/MDA-Incra nº 26/2012, referente ao financiamento de cursos de especialização em Residência Agrária, promovida em parceria do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera), órgão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa foi a segunda experiência nacional de edital conjunto para turmas de especialização *latu sensu*. Apesar de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da agroecologia, o edital foi promovido pela coordenação de agronegócio do CNPq, o que indicou a ausência de designação terminológica e linha de financiamento às pesquisas específicas para a agroecologia e reforma agrária. À época, foi o maior edital lançado pelo CNPq, com aporte de mais de 40 milhões de reais para bolsas e custeio.

Neste artigo, destacamos a importância de pesquisar as matrizes produtivas da vida no campo, com ênfase na Agroecologia, na Cultura, Comunicação e Arte, na Cooperação e Formação por meio do curso de Residência Agrária da UnB, ocorrido entre 2013 e 2015. Desde o momento da aprovação do projeto, elaboramos uma metodologia, em conjunto com os residentes, que consistiu na separação da turma por sete Núcleos Territoriais (NTs) com sete Escolas Itinerantes de Formação (EIFs), uma em cada núcleo, abrangendo a Região Centro-Oeste.

A pesquisa andou sempre associada, como elemento de subsídio, ao planejamento estratégico, fortalecendo os diagnósticos e permitindo aos NTs a ação territorial mais precisa possível, sem caráter invasivo e hierárquico, uma vez que a metodologia das EIFs permitiu o debate com as demandas locais, a partir da implementação de metodologias da educação popular que visam o fortalecimento da participação social coletiva nas tomadas de decisões nos diversos territórios.

Como estratégia de organização social e capilarização da universidade nos territórios, foram implantadas seis Unidades Demonstrativas (UDs) de produção agroecológica nos NTs. Além disso, como ação de fortalecimento do debate sobre a reforma agrária na UnB, em 2014 e 2015, durante as etapas de Tempo Universidade (TU),

foram realizadas duas edições das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária e dois seminários nacionais, o Conexões III – Novos Horizontes de Mobilização Social, e o Conexões IV – Feminismo, Campesinato e Luta de Classes, além do 1º Seminário de pesquisadores do Território Quilombola dos Kalunga, realizado na comunidade de Diadema (GO), em 2014. Essa dinamização de processos de diversas envergaduras, metodologias e focos estimulou a produção intelectual no curso e resultou na publicação da série de Cadernos do Residência Agrária da UnB, um esforço coletivo de educadores das disciplinas, residentes, membros da coordenação e orientadores.

O que pretendemos analisar – considerando os sete anos passados desde o término do curso e diante do golpe parlamentar, jurídico, midiático e empresarial operado no Brasil desde 2016, com a manobra institucional do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, situação agravada com a eleição de um governo de extrema direita em 2018 – são os processos de mediação histórica e de acumulação organizativa que tornaram possíveis o desenvolvimento de uma experiência como o projeto das especializações em Residência Agrária e potencializam as parcerias entre universidades e movimentos camponeses nas cinco regiões do país.

Nesse contexto histórico, uma linha estável e progressiva do desenvolvimento da pesquisa, da formação de profissionais e da construção horizontal da relação do meio acadêmico com sujeitos coletivos e populares de produção de conhecimento passou a ser alvo de perseguição e criminalização. Todo o aparato das políticas públicas, que outrora foi construído para dar suporte às experiências, foi desmontado ou reduzido à ínfima potência.

O curso analisado no presente artigo foi apenas um dos muitos financiados pelo Pronera que sofreram, em algum nível, alguma forma de perseguição política. No caso em questão, após a aprovação do projeto pelo CNPq e pelo Pronera, os proponentes enfrentaram uma longa batalha política para ter o curso reconhecido internamente na UnB. Decidimos registrar aqui esse entrave por considerarmos não se tratar de um caso isolado, mas parte de um processo crescente de perseguição da relação de parceria e intercâmbio que universidades públicas brasileiras estabelecem com movimentos sociais.

Durante um semestre, o projeto tramitou por instâncias internas da UnB e, para ser aprovado, teve parte de seu desenho alterado, numa clara exigência de concessão. O eixo de Cultura, Comunicação e Arte teve cortada praticamente toda a planilha orçamentária destinada à aquisição de equipamentos culturais e artísticos. Cerca de 60 mil reais seriam destinados à compra de equipamentos culturais, como instrumentos musicais, para viabilizar a criação ou o fortalecimento de coletivos culturais nos territórios.

Não seria necessário, aos olhos do relator, um eixo sobre Cultura e Arte articulado aos processos organizativos para o trabalho com a Agricultura Familiar e com a Agroecologia. Prevalece, subjacente, uma concepção de progresso vinculada ao agronegócio como empreendimento técnico, neutro e para todos, difundida sistematicamente por campanhas publicitárias, como a “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”, disseminada pela Rede Globo de Televisão em parceria com associações do agronegócio brasileiro.

A tramitação interna na UnB custou ao projeto um atraso de seis meses, o primeiro semestre inicial. Contudo, cabe informar que o curso transcorreu regularmente,

executando todas as cinco etapas de Tempo Universidade propostas. Para isso, a coordenação solicitou prorrogação do prazo do curso e foi prontamente atendida pela Coagri/CNPq. Ao invés do projeto ser finalizado em dezembro de 2014, terminou em setembro de 2015.

Visto em perspectiva, depois de vinte e um anos da ditadura militar, entre 1964 e 1985, a retomada do diálogo entre organizações populares da classe trabalhadora com as universidades públicas foi lenta, mas progressiva. Contou com a capacidade de acolhimento, de escuta sensível dos temas e demandas pautados pelos movimentos sociais, que, pouco a pouco, foram sendo incorporados pelas agendas de pesquisa de programas de pós-graduação, módulos de disciplinas, seminários, cursos, atividades de campo e estágios interdisciplinares de vivência.

A UnB cumpriu papel emblemático no processo de reencontro da questão agrária com a universidade, não apenas como tema de pesquisa para o ambiente acadêmico, mas como pauta de articulação, organização, luta e produção coletiva de conhecimento. Contribuiu para isso o fato de a instituição sediar, na década de 1990, o I Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária. Na sequência, o Grupo de Trabalho em apoio à Reforma Agrária foi instalado na UnB, o que articulou vários cursos de extensão e especialização, mobilizou equipe interdisciplinar de docentes e pós-graduandos, fortaleceu o encontro da universidade com os agentes locais do território e abriu novos horizontes profissionais e de projetos de vida para uma geração de estudantes.

A trajetória de luta dos movimentos sociais agrários pela Educação do Campo resultou em uma diversificada e original reconfiguração do ensino brasileiro, embora ainda insuficiente em escala. Desde a educação infantil, passando pela educação de jovens e adultos, até o nível superior, atualmente há experiências concretas que buscam retomar o caráter emancipatório da educação e sua relação metabólica com os territórios onde esses processos educativos estão inseridos.

Construída como síntese de classe pelo campesinato brasileiro, a Educação do Campo superou a educação rural ao negar o campo como objeto de ações educativas, recolocando-o como sujeito não apenas da implantação de políticas educacionais, mas como elaborador da própria concepção de educação. Assim, essa vertente educacional assume seu papel na construção da consciência de classe dos camponeses e no domínio dos meios de produção materiais e simbólicos, socializando-os nos inúmeros territórios em que seus processos são deflagrados.

METODOLOGIA DO CURSO CONSTRUÍDA EM CONJUNTO COM OS RESIDENTES

Com cinco etapas presenciais de Tempo Universidade, e adotando o sistema da pedagogia da alternância¹, procuramos mobilizar, ao longo do curso, a reflexão crítica para a formulação de estratégias que articulassem processos formativos e organizativos nas esferas da produção agrícola; na construção de políticas públicas que visem a soberania alimentar por meio da matriz agroecológica; a organização cooperativa do trabalho no campo; e a esfera da Cultura, Arte e Comunicação, visando à formação cognitiva no âmbito da produção simbólica, em perspectiva emancipatória.

A pretensão metodológica do curso foi atuar sobre múltiplos determinantes da realidade dos territórios camponeses em que estavam inseridos os estudantes. Com esse intuito, adotamos o pressuposto teórico segundo o qual a relação ser humano-natureza é mediada pelo trabalho, produz a vida como totalidade e, conseqüentemente, produz os territórios em suas relações de poder, condições materiais e dimensões simbólicas.

Não caberia, portanto, uma perspectiva de análise e ação territorial fundada somente na dimensão agrícola, mesmo que sobre bases epistemológicas da agroecologia. A dimensão simbólica, expressa como cultura, foi igualmente determinante. Como nos aponta Molina (2009), ao tratar da Educação do Campo,

[...] sua base de sustentação é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é espaço de vida, de produção de relações sociais; de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que nele vivem. (MOLINA, 2009, p. 18).

É por isso que um dos objetivos centrais do curso foi qualificar profissionais que atuam nas áreas de assistência técnica de cooperativas de produção de assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas, educadores das escolas do campo e líderes comunitários que atuam nos processos de organização social das comunidades camponesas existentes em territórios do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Esse complexo territorial é claramente demarcado pelo avanço do projeto do agronegócio, antagônico ao modo de produção do campesinato. Portanto, uma das estratégias do curso foi, por meio da produção do conhecimento, da pesquisa e de práticas pedagógicas, fortalecer a organização social nos territórios de alcance dos estudantes.

O curso foi estruturado a partir de três eixos de formação. O primeiro, intitulado "Formação, Pesquisa e Cooperação" (270 horas), foi tronco comum para toda a turma. Os dois outros foram configurados como habilitações: "Agroecologia e Organização de Assentamentos" (240 horas) e "Cultura, Arte e Comunicação" (240 horas), com os componentes curriculares ministrados em paralelo. Uma das preocupações centrais do curso foi a promoção da tomada de consciência da importância dos elos entre essas dimensões para construir matrizes produtivas da vida no campo em perspectiva emancipatória. Nesse sentido, o curso contemplou espaços de aprofundamento para cada eixo de habilitação, mas também incentivou, nos territórios e no espaço universitário, a criação de momentos específicos para promover o diálogo entre os três eixos que compunham a proposta.

Importante destacar que a proposta pedagógica do curso Residência Agrária da UnB foi construída e desenvolvida em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Esse encontro aportou um grande ganho pedagógico para o curso, pois permitiu incorporar como elementos centrais o trabalho como princípio pedagógico, o sistema da alternância em Tempo Comunidade (TC) e Tempo Universidade (TU)² e a organicidade³.

Nessa perspectiva, avaliamos ser importante detalhar como desenvolvemos a organicidade e a alternância, ressaltando dois dos elementos que caracterizaram o curso em

questão que, em nosso entendimento, foram fundamentais para construir a articulação entre TU e TC: os Seminários Integradores e a adoção de uma organicidade específica para os TCs, que chamamos de Núcleos Territoriais (NTs), os quais resultaram em férteis processos de formação e ação territorial na realidade.

Dentro do sistema de alternância desenvolvido pelo curso, ficou definido que ocorreriam cinco ciclos de TU e TC, complementares entre si. Assim, os espaços de formação do Tempo Universidade foram organizados em cinco etapas com duração de quinze dias e um intervalo variável entre elas (de quatro a seis meses), em que ocorreram as etapas de TC. O encerramento do curso ocorreu com a realização de uma sexta etapa de TU, em junho de 2015, dedicada às bancas de apresentação e defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Os TUs foram realizados no Entorno, na Faculdade UnB Planaltina (FUP), e contemplaram a execução de todas as atividades pedagógicas atribuídas aos conhecimentos inerentes à matriz curricular, colocando em prática a transversalidade cultural, ambiental, econômica, social e educativa da Reforma Agrária. Dessa forma, cada etapa de TU esteve estruturada em vários tempos educativos⁴, que visavam organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo dos estudantes em relação às tarefas necessárias aos objetivos do processo formativo pretendido, tanto na dimensão acadêmica quanto na perspectiva de potencializar a auto-organização dos residentes.

Durante os TUs também foram desenvolvidos espaços destinados às atividades culturais, seminários e palestras, saídas de campo e espaços específicos de aprofundamento para cada eixo de habilitação. No início e no final de cada TU, foram realizados os Seminários Integradores, com o objetivo de compartilhar e refletir coletivamente sobre os trabalhos desenvolvidos e os principais desafios encontrados no TC, além de planejar coletivamente o Tempo Comunidade seguinte.

Ao longo do primeiro TU, na perspectiva de superar as ações individuais e localizadas de cada residente, construiu-se, entre a Coordenação Político-Pedagógica (CPP) e a turma, a divisão da área de abrangência do curso e a composição dos estudantes em coletivos de atuação para os cinco TCs. Assim, o resultado foi uma forma organizativa própria dos TCs: os Núcleos Territoriais. Ao todo, foram constituídos sete NTs: Núcleo Territorial Planaltina (DF: Planaltina, Sobradinho, São Sebastião; Goiás: Água Fria); Núcleo Territorial DF Sul (DF: Brasilândia, Taguatinga; Goiás: Padre Bernardo); Núcleo Territorial Nordeste Goiano (Goiás: Flores, Alvorada, Formosa); Núcleo Territorial DF/MG (Unai/MG); Núcleo Territorial Kalunga (Cavalcante/GO); Núcleo Territorial Mato Grosso (Sinop); Núcleo Territorial Mato Grosso do Sul (Ponta Porã).

Ao colocarmos nosso planejamento em ação, contando com a pluralidade de formações em nível da graduação da turma e com a experiência prévia da maior parte dos integrantes do grupo em trabalhos de assistência técnica ou com a Educação do Campo, pudemos criar um instrumento organizativo, articulado aos Núcleos Territoriais em que atuamos, chamado de Escola Itinerante de Formação (EIF). Esse instrumento conferiu identidade e unidade aos processos de educação não formais executados nas comunidades e movimentos do mesmo território. As EIFs atuaram como espaços que agregaram os residentes agrários, os estudantes da Licenciatura em Educação do

Campo da UnB, as lideranças dos movimentos sociais e associações, e as coordenações das escolas do campo construídas no ambiente do Núcleo Territorial.

A iniciativa de criação das EIFs nos fez perceber que deveríamos progressivamente mover a centralidade do curso para fora da universidade, fazendo com que as etapas de TU não fossem mais o ponto de convergência central das ações no território. Esse movimento pedagógico e metodológico do curso motivou vários desdobramentos que não estavam previstos no projeto inicial e que conferiram ao curso identidade própria e repercussão fora da UnB.

IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA DA UNB

O curso de especialização em Residência Agrária da UnB qualificou trinta e quatro profissionais de nível superior (técnicos de ATEs, professores e agentes comunitários) que atuam nas áreas de Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno, Goiás, Mato Grosso do Sul (Ponta Porã) e Mato Grosso (Sinop). Assim, o projeto do curso desenvolvido promoveu impacto e auxiliou no avanço da área interdisciplinar de conhecimento que envolve a questão agrária, a agroecologia, a cooperação, a organização social e a Cultura, Arte e Comunicação. Todos os profissionais qualificaram-se em estudos que articularam as dimensões citadas acima, buscaram de forma dialética relacionar teoria e prática e visaram a integralização dos conhecimentos voltados à emancipação política, social, educativa e cultural.

Dezoito residentes optaram por cursar o eixo de habilitação em Cultura, Arte e Comunicação e dezesseis optaram por cursar o eixo de Agroecologia e Desenvolvimento de Assentamentos. Muitos fatores de integração entre as matrizes produtivas no decorrer da especialização comprovam que o curso formou em perspectiva integrada os seus residentes de ambos os eixos: as disciplinas comuns do eixo de cooperação e formação foram uma oportunidade para o debate conjunto dos temas e questões dos dois eixos de habilitação; a participação de toda a turma nos Seminários e Jornadas permitiu o aprofundamento conjunto sobre questões que perpassam os eixos, em espaços como mesas redondas, apresentação de trabalhos em GTs, oficinas e atividades culturais diversas; os momentos de saída de campo promovidos durante etapas do TU; e as diversas atividades promovidas nos NTs pelas Escolas Itinerantes de Formação no decorrer das etapas de Tempo Comunidade. Compreendemos que, com esses fatores, colaboramos para a formação de um perfil mais interdisciplinar e abrangente de profissionais que atuam em territórios rurais.

Além disso, um dos desdobramentos que contribuíram para ampliar o impacto do curso foi a organização, em cada TU, de diferentes seminários e jornadas. Essas atividades permitiram aprofundar os temas abordados pelos três eixos de formação em um formato diferente: 1ª Mostra Terra em Cena e na Tela: produção teatral e audiovisual da educação do campo (2013); Seminário Conexões III: novos horizontes de mobilização social (2014); Seminário Conexões IV: feminismo, campesinato e luta de classes (2015); e a realização de dois episódios das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária, nos anos de 2014 e 2015. Os cinco eventos organizados ajudaram a divulgar a experiência e a oxigenar o curso, gerando espaços de debate com estudantes, professores de outras disciplinas e cursos e pessoas de organizações e movimentos sociais presentes nos territórios. A questão feminista e o combate ao patriarcado

atravessaram o curso desde o princípio, nos seminários integradores, nos estudos nas EIFs e nos temas dos grandes seminários organizados com o Residência Agrária e o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a UnB.

Outro dos desdobramentos do curso foi o processo de organização e consolidação das EIFs nos territórios por meio dos NTs. As EIFs apresentaram-se no processo como instrumentos organizativos, com grande potencial agregador dos sujeitos coletivos que atuam nos territórios. Também se apresentaram como ferramentas capazes de colocar em diálogo os três eixos que conformam a proposta. Para construir esse debate entre os eixos, os residentes desenvolveram diferentes atividades vinculadas às EIFs⁵: ações através de linguagens do teatro, da literatura e do cinema, no intuito de aprofundar junto às comunidades o entendimento dos impactos causados pelo Agronegócio e pela Indústria Cultural no tocante a organização do trabalho camponês e do tempo livre para o lazer e a cultura; e a implementação de seis Unidades Demonstrativas (UDs) de produção agroecologia, abordando soluções tecnológicas que respondessem aos gargalos identificados nos diagnósticos anteriores: Sistemas Agroflorestais (SAFs), Pastoreio Racional Voisin (PRV), Produção de Pequenos Animais (cunicultura e cotonicultura) e produção de arroz agroecológico.

Posteriormente, avaliamos que um dos limites da experiência foi a descontinuidade, em decorrência do caráter pontual e não permanente do curso, o que fez com que o processo fosse interrompido quando deveria ter sido intensificado. Todavia, nos processos em que se constituíram ou se fortaleceram coletivos de atuação, a experiência de formação e organização social consolidou-se e permanece até o tempo presente. É o caso do grupo Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT), originado em 2013, a partir de oficina realizada na comunidade Engenho II do Território Kalunga. A peça "Se há tanta riqueza por que somos pobres?", do Grupo de Teatro Fórum, que discute as mazelas do sistema de exploração mineral vigente, é apresentada em diversas cidades e comunidades da região e suscita a mobilização contra a dinâmica de exploração destrutiva ao meio ambiente, cujos lucros não se reverterem em investimentos na melhoria da qualidade de vida da população. Cabe destacar inclusive que o trabalho formativo por meio do teatro tem sido uma porta de entrada para a ação política. Integrantes do grupo dramático atualmente participam da direção da Associação Quilombo Kalunga e de secretarias municipais do governo do primeiro prefeito quilombola Kalunga de Cavalcante, Vilmar Souza Costa (PSB), eleito em 2020.

Outro desdobramento do processo foi a produção de subsídios para a construção das EIFs. A CPP avaliou que era importante produzir materiais, no formato livro, que subsidiassem os processos ativados nos territórios pelos eixos de formação do curso e que o divulgassem entre os outros Residências Agrárias. Dessa forma, produzimos coletivamente a série Cadernos Residência Agrária da UnB, composta de quatro cadernos organizados e publicados durante o curso (2014-2015). Após a sua conclusão, mais um número foi organizado e publicado, em 2016. Este último caderno contém duas seleções de artigos. A primeira foi produzida pelos educandos do curso, conjuntamente com os educadores que os orientaram no trabalho de pesquisa. A

segunda seleção é formada por textos escritos pelos integrantes da CPP sobre os eixos de treinamento do curso.

Produzir a coleção foi um processo, gerado pelo curso, que estimulou a construção e circulação de conhecimento elaborado coletivamente (Tabela 1).

Tabela 1 – Série Cadernos Residência Agrária da UnB⁶

Caderno 1 Residência Agrária da UnB. Escolas Livres de Formação. Obs.: posteriormente passamos a denominar as escolas de Escolas Itinerantes de Formação (EIFs).
Caderno 2 Residência Agrária da UnB. Cultura, Arte e Comunicação.
Caderno 3 Residência Agrária da UnB. Comunicação e disputa pela hegemonia.
Caderno 4 Residência Agrária da UnB. Teatro Político, formação e organização social.
Caderno 5 Residência Agrária da UnB. Residência Agrária: experiências de Agroecologia e Cultura no Campo.

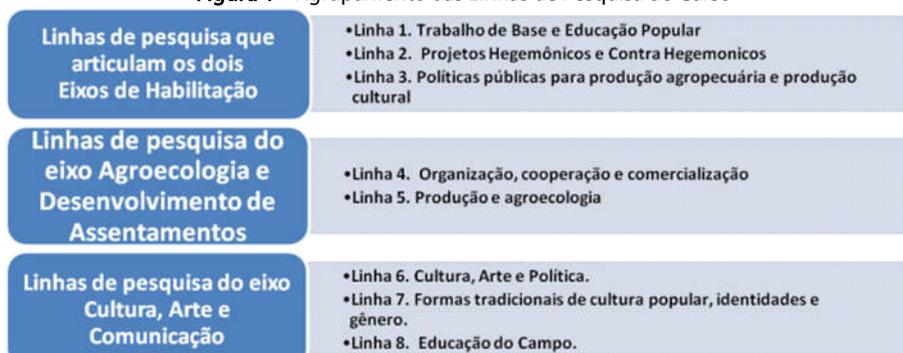
Fonte: Elaborado pela CPP do curso (2015).

A experiência desenvolvida nos permite afirmar que o curso contribuiu para o desenvolvimento de processos metodológicos e formativos destinados à construção de redes de produção agroecológicas e culturais que viabilizam a troca de experiência entre comunidades rurais e quilombolas e a articulação entre campo e cidade no âmbito da produção agrícola e da soberania alimentar. A construção das redes ocorreu no âmbito da integração entre os residentes de diferentes núcleos territoriais mediante atividades promovidas pelas sete EIFs.

Todavia, a construção de redes permanentes depende da consolidação dos processos produtivos em chave agroecológica, que foram recentemente introduzidos com as seis unidades demonstrativas de produção e com os sistemas agroflorestais implantados. São eles o Sistema Agroflorestal em consórcio com criação de galinha caipira, no assentamento Sílvio Rodrigues, em Alto Paraíso (GO); o Sistema Agroflorestal (SAF) do Centro de Formação do Assentamento Gabriela Monteiro, em Brasilândia (DF); o Sistema Agroflorestal (SAF) do Santuário dos Pajés, no setor Noroeste do Plano Piloto de Brasília (DF); o Sistema agroflorestal do assentamento Oziel Alves III, em Planaltina (DF); a Unidade Demonstrativa de produção de milho crioulo, no Assentamento Itamaraty, em Ponta Porã (MS); e a Unidade Demonstrativa de Gado Leiteiro Agroecológico, no Assentamento Florestan Fernandes, em Unai (MG).

No âmbito da pesquisa, construímos as seguintes linhas, em conjunto com os orientadores e residentes, de cujos temas contemplados foram produzidas trinta e quatro monografias (Figura 1).

No âmbito da pesquisa, construímos oito linhas de pesquisa, em conjunto com os orientadores e residentes, de cujos temas contemplados foram produzidas trinta e quatro monografias (Figura 1). Três das oito linhas são comuns aos oito eixos de habilitação: trabalho de base e educação popular; projetos hegemônicos e contra hegemônicos; e políticas públicas para a produção agropecuária e produção cultural. O método de construção coletiva das linhas de pesquisa faz parte do processo de trabalho da educação popular, em que a estratégia e táticas de ação, bem como a agenda de pesquisa é construída em parceria com as organizações e comunidades que residem nos territórios.

Figura 1 – Agrupamento das Linhas de Pesquisa do Curso

Fonte: Elaborado pela CPP do curso (2014).

No decorrer do curso, foram desenvolvidas diversas atividades que proporcionaram aos residentes o conhecimento e, em muitos casos, o domínio dos meios de produção de diversas linguagens artísticas: as disciplinas do eixo Cultura, Arte e Comunicação em TU; os trabalhos de formação desenvolvidos em campo nas Escolas Itinerantes de Formação, como oficinas de audiovisual, de letramento crítico, de teatro, de capoeira, de fotografia, de contação de histórias, e a exibição e debate sobre vídeos. No âmbito da formação em cooperação e agroecologia, o curso trabalhou com metodologias de pesquisa e ações territoriais participativas que fortalecem a atuação dos técnicos nos assentamentos, como a metodologia do Diálogo de Saberes.

A construção metodológica do curso contemplou uma perspectiva de coletivização da difusão e transferência de conhecimento no decorrer do trabalho, e não apenas em sua fase final. Para isso, residentes, docentes, orientadores e a coordenação do curso tiveram como metas a confecção de um artigo por residente, em cada etapa de TC, e a produção de informações para o blogue do Residência Agrária.

O acordo coletivo para a construção do blogue do curso foi outro desdobramento de destaque. Para que fosse alimentado, cada NT foi incentivado a produzir registros textuais e fotográficos do processo de construção das EIFs.

O método de produção de ao menos um artigo por residente após cada etapa de TU foi avaliado positivamente pelos discentes. Preferencialmente, o foco dos trabalhos convergiria às pesquisas monográficas que deveriam ser apresentada ao final do curso. Muitos estudantes informaram que nunca tinham escrito um artigo acadêmico antes do curso e que esse processo sistemático instituiu uma disciplina de leitura e escrita.

Essa dinâmica de estudos e produção culminou qualitativamente na boa formatação da maioria das monografias defendidas e na participação de significativa parcela de nossos residentes em congressos nacionais ou regionais temáticos, divulgando as pesquisas desenvolvidas no curso. No Congresso Nacional de Residências, que reuniu os 35 cursos de especialização aprovados no edital de 2012, a UnB apresentou 11 pesquisas e coordenou 3 das 14 oficinas ofertadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos, em muitas ocasiões, o exemplo concreto de que as articulações que envolvem as dimensões da cultura, da formação e da agroecologia são possíveis e produtivas quando são encampadas pela estratégia dos diversos sujeitos coletivos do campo e dos quilombos. O método desenvolvido evidencia – para o debate sobre políticas públicas – uma concepção de universidade e produção de conhecimento mais exógena que endógena, mais voltada para o diálogo e para a construção coletiva com as comunidades dos territórios pesquisados, evitando tomá-las apenas como objeto de análise.

Temos plena consciência de que a autonomia no processo de formação depende, sobremaneira, da força combativa das organizações sociais existentes nos territórios e da capacidade de convergência de seus planejamentos estratégicos. Contudo, a experiência de construção das EIFs mostra que há formas possíveis de impulsionar e fortalecer a organização política dos territórios, mesmo quando não existe a presença mais forte dos movimentos sociais para coordenar as comunidades. Avaliamos que o maior legado das EIFs é, com a cultura política que o curso possa ter instituído como princípio, priorizar o protagonismo coletivo voltado para as demandas dos territórios e comunidades.

Consideramos que o caminho apontado pelo curso contribuiu com a pavimentação de uma trilha produtiva para a relação entre universidades e movimentos sociais que atuam no campo e em comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. O fato de um dos dois cursos de Residência Jovem que a UnB passou a executar a partir de 2015 ter assumido a metodologia desenvolvida por nosso curso de especialização respalda isso. O projeto “Residência Agrária Jovem, formação profissional e social a partir das matrizes formativas, associativas, cooperativas, artístico-cultural e da comunicação no campo”, coordenado pela professora Eliene Novaes Rocha, foi estruturado, desde a fase de desenho do projeto, conjuntamente com os movimentos sociais do campo que atuam na região, criando assim um fórum original e produtivo de avaliação e planejamento estratégico.

Tais exemplos são um conjunto desses movimentos em que a universidade assume o papel não apenas de executora de projetos de um ou outro movimento, mas o de mediadora do diálogo convergente das demandas de diversas organizações. Com isso, a instituição de ensino fortalece a perspectiva de poder popular nos territórios, pois fornece condições objetivas para realização de atividades de formação, pesquisa e intervenção, deslocando o centro do processo para os territórios dos movimentos sociais.

Além disso, o curso Residência Agrária da UnB também teve repercussões internacionais. O curso Baserritik Mundura⁷, desenvolvido por organizações do movimento camponês basco em colaboração com a Universidade do País Basco (UPV-EHU), inspirou-se na metodologia desenvolvida por nosso curso e na experiência acumulada pela ENFF (CASADO, 2018, 2019). Assim, tanto o Residência Agrária Jovem da UnB como o curso Baserritik Mundura do País Basco podem ser considerados herdeiros e deram continuidade à perspectiva metodológica, territorial e ao fortalecimento dos processos de organização popular, deslocando o foco do processo educacional para os territórios.

A consolidação de um processo de transformação da cultura política da relação entre movimentos sociais e universidades depende não apenas dos acertos conjunturais, mas, sobretudo, da garantia de continuidade do processo por meio do financiamento de novas experiências. Assim, subsidia-se o desenvolvimento de novas metodologias e de novas concepções sobre a relação entre instituições de ensino e organizações populares.

Passados sete anos da experiência analisada neste artigo, muita coisa mudou no macrocenário da educação brasileira, sobretudo no acesso às políticas públicas, como o Pronera. Não bastasse a extinção do referido programa – que potencializava o acesso à universidade para as organizações populares –, ampliaram-se a guerra cultural, o avanço conservador sobre a educação em meio a pandemia e, especialmente, o processo de privatização da educação brasileira. É notório que as políticas neoliberais têm sua extensão e ajustes também para o campo da educação, intensificando o processo de privatização nessa área, a militarização das escolas e, mais gravemente, o processo de abandono e sucateamento das universidades públicas.

Artigo recebido em: 26/02/2022

Aprovado para publicação em: 17/05/2022

UNB'S AGRARIAN RESIDENCY: PRODUCTIVE AND NECESSARY CONVERGENCE OF AGRARIAN REFORM WITH THE UNIVERSITY

ABSTRACT: This article aims to recover and recognize the importance of one of the many experiences that link agrarian reform with the university. It is about the specialization course Agrarian Residency at UNB, which took place between 2013 and 2015. The course focused on the training of 35 young people from settlements and quilombola areas of the DF/Entorno, stimulating them to investigate the productive matrices of life in the countryside, with emphasis on Agroecology, Culture, Communication and Art, Cooperation and Human Formation. Stimulated by the internal organizational process that involved the active participation of the students, the course showed a conception of university more focused on dialogue and collective construction with the communities of the territories investigated. It became evident a necessary and possible encounter between popular movements and the university in the construction of new productive matrices of life in the countryside that overcome the destructive logic of agribusiness.

KEYWORDS: Rural Education. Agrarian Residency. University. Peasant Movement.

RESIDENCIA AGRARIA DE LA UNB: CONVERGENCIA PRODUCTIVA Y NECESARIA DE LA REFORMA AGRARIA COM LA UNIVERSIDAD

RESUMEN: El presente artículo pretende recuperar y reconocer la importancia de una, de las múltiples experiencias, que relacionan la reforma agraria con la universidad. Se trata del curso de especialización Residencia Agraria en la UNB, que tuvo lugar entre 2013 y 2015. El curso se centró en la formación de 35 jóvenes de asentamientos y zonas quilombolas del DF/Entorno, estimulándolos a investigar las matrices productivas de la vida en el campo, con énfasis en la Agroecología, la Cultura, la Comunicación y el Arte, la Cooperación y la Formación Humana. Estimulado por el proceso organizativo interno que implicó la participación activa de los estudiantes, el curso mostró una concepción de universidad más centrada en el diálogo y la construcción colectiva con las comunidades de los territorios investigados. Se hizo evidente un encuentro necesario y posible entre los movimientos populares y la universidad en la construcción de nuevas matrices productivas de vida en el campo que superen la lógica destructiva del agronegocio.

PALABRAS CLAVE: Educación Rural. Residencia Agraria. Universidad. Movimiento Campesino.

NOTAS

1 - Uma das principais características dos programas de formação impulsados pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) é a adoção da metodologia do sistema de alternância como forma de organização dos cursos em etapas que intercalam e articulam, de forma dialógica, dois tempos/espços educativos. Há o Tempo Universidade (TU), aquele no qual os estudantes se concentram e permanecem, durante um tempo determinado (normalmente não inferior a umasemana), na estrutura da escola ou da universidade para estudar em tempo integral, e o Tempo Comunidade (TC), em que os estudantes cumprem parte da carga horária das disciplinas das etapas, desenvolvendo os trabalhos teóricos e práticos em sua comunidade de origem ou território de inserção. A adoção do sistema de alternância responde a um processo de acúmulo e experimentação coletivos, inspirado em experiências adotaram a alternância de tempore espaços didáticos como articulação entre escolarização e trabalho (RIBEIRO, 2008).

2 - Os territórios tiveram um papel central no desenvolvimento do curso. Por isso o foco central analisado foram as ações desenvolvidas nas etapas de TC, entendendo que as etapas de TU são um elementomediador entre as etapas de TC. Os TUs são espaços destinados à avaliação, planejamento e formação dos residentes e os TCs são espaços paraque os estudantes aprofundem o conhecimento da realidade em que vão atuar,para identificar e analisar problemas e planejar propostas de intervenção, a fimde solucionar ou aprimorar as situações presentes nos territórios. Essa compreensão evidencia que a alternância não está dada; ela se produz no próprio movimento do curso e da realidade concreta na qual atuam as educandas e os educandos.

3 - A organicidade faz referência a uma engenharia organizativa que articula instâncias, atribuições e fluxos de decisões, permitindo que os educandos sejam sujeitos da própria formação. Para os TUs, cada estudante esteve articulado em um Núcleo de Base (NB) e em uma Equipe de Trabalho. Para os TCs, cada estudante esteve articulado em um Núcleo Territorial (NT), tal e como explicamos no artigo.

4 - Os tempos educativos são uma construção histórica do MST, a partir de suas inúmeras experiências de formação e educação. Segundo o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da

Reforma Agrária (2004, p. 14), “os tempos educativos nascem para reforçar dois princípios importantes de nossa [MST] pedagogia: i) um é a necessidade de mudar a existência dos educandos (seu jeito de viver e de perceber o mundo) criando assim uma abertura para o questionamento e a busca de uma nova síntese [...]; ii) o outro é de que a escola não é só lugar de estudo, e menos ainda aonde se vai apenas para ter aulas, por melhor que sejam. [...] [é também] um lugar de formação humana e, por isso, as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas pedagogicamente”. Esse acúmulo metodológico é um dos principais aportes da ENFF. Os tempos educativos do curso foram: Tempo Abertura e Mística (15 minutos), Tempo Estudo (destinado à leitura e estudo de textos), Tempo Aula (8 horas) e Tempo Trabalho (1 hora), destinado à realização de tarefas e serviços necessários à manutenção dos espaços coletivos e para o adequado funcionamento do curso.

5 - No blog do curso pode-se aprofundar sobre o processo de cada Escola Itinerante de Formação.

6 - A série “Cadernos Residência Agrária da UnB” está disponível no blog do curso. <<https://matrizesprodutivasdavidanocampo.wordpress.com/cadernos/>>.

7 - Confira a sistematização dessa experiência formativa em <<https://publicaciones.hegoa.ehu.es/es/publications/412>>.

REFERÊNCIAS

CASADO, B. **Procesos de formación de campesinos y disputa territorial para construir soberanía alimentaria**. Análisis de experiencias impulsadas por organizaciones de La Vía Campesina en Brasil y País Vasco. 2018. Tese (Doutorado em Estudos sobre Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Instituto Hegoa, Universidad del País Vasco, Bilbao, 2018. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=223511>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CASADO, B. (coord.) **Sistematización de la experiencia Baserritik Mundura**: formación e investigación para la soberanía alimentaria. Bilbao, España: Universidad del País Vasco, 2019. Disponível em: <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/es/publications/412>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA – ITERRA. Método Pedagógico. **Cadernos do Iterra**, [s. l.], ano IV, n. 9, jul. 2004.

MOLINA, M. C. Residência Agrária: concepções e estratégias. In: MOLINA, M. C. *et al.* (org.). **Educação do Campo e formação profissional**: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009. p. 17-28.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 27-45, jan/abr. 2008.

BÓAS, R. L. V.; BAIDES, B. C.; GASPARIN, G. J.; PEREIRA, P. M.

RAFAEL LIVTIN VILLAS BÓAS: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004), e doutor em Literatura Brasileira (2009) pela Universidade de Brasília. Pós-doutor pelo PPG em Artes Cênicas da USP. Professor Associado II da Universidade de Brasília. Atua nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e Linguagens do campus de Planaltina da UnB, leciona na Licenciatura em Educação do Campo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1814-710X>

E-mail: rafaellvboas@gmail.com

BEATRIZ CASADO BAIDES: Antropóloga e Doutora pela Universidade do País Basco (UPV-EHU). Linhas de pesquisa: educação popular, soberania alimentar, sistematização de experiências.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9238-298X>

E-mail: beatriz8@hotmail.com

GERALDO JOSÉ GASPARIN: Possui graduação em Filosofia pela Universidade Franciscana (1992) e mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2017). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5869-1540>

E-mail: geraldogasparin@gmail.com

PAOLA MASIERO PEREIRA: Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade Porto-Alegrense (2004), Especialista em Estudos Latinoamericanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008), Mestra em Agroecossistemas, UFSC (2015).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1681-7942>

E-mail: paola.masip@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).